



# Boletim do WRM

Movimento Mundial pelas Florestas

Nro. 231 – Junho 2017

## Lutas de resistência e vozes de mulheres que enfrentam a destruição de territórios e as falsas soluções



### NOSSA OPINIÃO

- **Árvores transgênicas: uma tecnologia que expande as monoculturas** p. 3

## LUTAS DE RESISTÊNCIA E VOZES DE MULHERES QUE ENFRENTAM A DESTRUIÇÃO DE TERRITÓRIOS E AS FALSAS SOLUÇÕES

- **As mulheres na luta antimineração em El Salvador: “Somos esse enxame de abelhas”** p. 6
- **Filipinas: defender os defensores, defender seus direitos** p. 9
- **A semente do desespero: comunidades perdem terra e fontes de água devido ao agronegócio da OLAM no Gabão** p. 12
- **Dercy Teles sobre a mobilização popular das seringueiras e seringueiros no Brasil** p. 15
- **Crise e esgotamento do modelo petrolífero na Venezuela: a megamineração e as novas fronteiras da extração** p. 18



- **Mulheres amazônicas e andinas no VIII Fórum Panamazônico** p. 23
- **Chile: reconstruindo a resistência produtiva após os incêndios florestais** p. 27

## **ARMADILHAS E ENGANOS QUE PROMOVEM A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS**

- **De projetos de REDD+ para “REDD+ jurisdicional”: mais notícias ruins para o clima e as comunidades** p. 31

## **ALERTAS DE AÇÃO**

- **Mobilização para denunciar os abusos de Socfin, que tem o Grupo Bolloré como importante acionista** p. 36
- **Em defesa dos povos indígenas isolados do Brasil e Peru contra a abertura da rodovia Puerto Esperanza** p. 36
- **Índia: governo de Odisha não deve ignorar as reivindicações de direitos florestais na área do projeto POSCO** p. 37
- **Água Zarca em Honduras: a armadilha de Bancos** p. 37
- **Chamado para a ação: ajude os ativistas a deter o corte em grande escala da última floresta de baixada da Europa** p. 38
- **Filipinas: Mulheres pedem o fim dos bombardeios em Marawi e a revogação da Lei Marcial em Mindanao** p. 38

## **RECOMENDADOS**

- **50 anos depois: uma análise dos impactos do Banco Asiático de Desenvolvimento na região** p. 39
- **Relatório sobre a transparência ligada ao mercado de carbono no Pará, Brasil** p. 39
- **Oilwatch: Novas fronteiras do extrativismo energético na América Latina** p. 40
- **Ecologia, economia, culturas da bacia do Mekong: de Keng Kood Koo a Pha Chan, no rumo da mudança** p. 40
- **Site de “biotecnologia para biocombustíveis”** p. 41



## NOSSA OPINIÃO



### **Árvores transgênicas: uma tecnologia que expande as monoculturas**

O boletim de janeiro de 2017 teve como foco as várias iniciativas, anunciadas em todo o mundo, que promovem a expansão de milhões de hectares de plantações de árvores ([Boletim 228](#)). Ao mesmo tempo, as plantações e as indústrias de papel e celulose, entre outros atores, estão pressionando muito para que as árvores transgênicas, principalmente eucalipto e álamo, sejam autorizadas para uso comercial. Portanto, desta vez, o editorial do Boletim do WRM alerta sobre a promoção dessas árvores.

Como o WRM tem apontado em muitas ocasiões (1), as árvores transgênicas beneficiariam principalmente as plantações e as indústrias de papel e celulose. Elas gerariam fibras mais uniformes, mais rapidamente, com menor número de ramos e troncos mais retos, gerando ciclos mais curtos de corte e replantio e, portanto, mais lucros. Árvores transgênicas resistentes a doenças atenderiam a grandes empresas de monoculturas, já que suas plantações em larga escala são especialmente susceptíveis a doenças. Árvores geneticamente modificadas para ser estéreis cresceriam mais rápido, pois se concentrariam em crescer em vez de produzir flores. Certas áreas não apropriadas para grandes plantações, como aquelas onde há temperaturas abaixo do zero ou secas ocasionais, poderiam ser cobertas com eucaliptos transgênicos tolerantes a esses fatores. Além disso, árvores transgênicas com lignina reduzida simplificariam o processamento da celulose da madeira para transformá-la em combustível líquido (etanol), gerando interesse de empresas do setor da energia. Da mesma forma, a queima de *pellets* de madeira oriundos de “plantações de biomassa” está sendo promovida em toda a UE como “energia renovável”, e as árvores transgênicas fariam com que as plantações de crescimento mais rápido produzissem mais biomassa em menos tempo, segundo o argumento.

Essa é uma notícia muito ruim para as florestas e as comunidades que dependem delas. Também é uma má notícia para as comunidades que vivem dentro ou próximo a plantações de monoculturas, já que as árvores transgênicas só viriam a exacerbar os já conhecidos impactos devastadores das plantações de árvores sobre a terra, a água, a biodiversidade, os meios de subsistência e as culturas. Álamos e eucaliptos são



extremamente inflamáveis. Em situações de seca, essas grandes monoculturas inflamáveis seriam a receita perfeita para o desastre. Um grande incêndio florestal acaba de varrer uma região de Portugal onde grandes áreas são cobertas por plantações de eucalipto, tirando a vida de mais de 60 pessoas. No Chile, no início de 2017, incêndios queimaram mais de 600 mil hectares, juntamente com povoados inteiros e meios de subsistência das pessoas. Esses incêndios serão mais frequentes e intensos à medida que as superfícies plantadas com monoculturas de árvores se expandirem.

Em junho deste ano, foi realizada no Chile a Conferência sobre Biotecnologia de Árvores da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO, na sigla em inglês). Na conferência, são promovidos os mais recentes avanços e evoluções da biotecnologia florestal. A conferência bianual da IUFRO é uma plataforma que facilita a ligação entre empresas de biotecnologia de árvores, empresas de plantações de monoculturas e centros biotecnológicos universitários, trabalhando lado a lado para fazer avançar a tecnologia de árvores transgênicas.

A conferência deste ano, organizada pela Universidade de Concepción, foi realizada na região de Bío Bío, que experimentou os piores incêndios florestais da história do Chile no início de 2017. Uma das maiores extensões de monoculturas no país é encontrada nessa região. A indústria de plantações, principalmente de eucaliptos e pinus, tem sido muito criticada por aumentar a probabilidade e a gravidade dos incêndios que queimaram comunidades inteiras. Como diz uma nota à imprensa da Campanha para deter as árvores transgênicas, o fato de a Conferência da IUFRO ter acontecido na mesma região que os incêndios desastrosos “foi uma bofetada na cara daquelas pessoas que perderam tudo”. (2)

Uma olhada nos patrocinadores da Conferência revela os interesses em jogo nesses eventos:

\* FuturaGene: subsidiária da empresa de celulose e papel Suzano, que controla quase 900 mil hectares de terras no Brasil. Em 2015, sua solicitação para o uso comercial de eucaliptos transgênicos no Brasil foi aprovada, apesar da forte resistência local, nacional e internacional, e de evidências de que os eucaliptos transgênicos intensificam os impactos das plantações. Essa foi a primeira aprovação de árvores geneticamente modificadas para lançamento comercial na América Latina. (Mais informações em um [artigo do Boletim 213](#), de maio de 2015)

\* ArborGen: uma empresa norte-americana que desenvolve produtos biotecnológicos a partir de mudas de árvores. Em 2015, o Departamento (ministério) de Agricultura dos Estados Unidos deu a essa empresa permissão para vender *Pinus taeda* transgênico, com maior densidade de madeira (3). Atualmente, a empresa busca aprovação para um eucalipto transgênico resistente a temperaturas abaixo do zero, com a intenção de cultivar vastas plantações em todo o sul dos Estados Unidos. O Serviço Florestal do país sabe que essa espécie absorve até 20% mais de água do que espécies nativas de árvores e também é altamente inflamável (mais informações em um [artigo do Boletim 206](#), de setembro de 2016).

\* Grupo Arauco: uma das cinco maiores empresas do setor de plantação de árvores no mundo, com fábricas de celulose no Chile, na Argentina, no Brasil, no Uruguai, nos Estados Unidos e no Canadá, além de ter presença comercial em 80 países. (4) A



Forestal Arauco é um dos grupos econômicos mais influentes do Chile e possui imensas plantações de árvores. Entre 2004 e 2007, as universidades de Concepción e Andrés Bello desenvolveram experimentos com um eucalipto tolerante ao congelamento para a empresa (mais informações em [artigo do Boletim 212](#), de abril de 2015).

Apesar dos esforços de empresas e governos para usar a tecnologia da transgenia para práticas de monocultivo de árvores, comunidades diretamente afetadas por essas plantações continuam a se opor fortemente à intensificação e à expansão de uma indústria destrutiva.

Comunidades tradicionais e indígenas mapuches no Chile, juntamente com grupos nacionais e internacionais, opuseram-se à Conferência da IUFRO e denunciaram que as árvores transgênicas vão aprofundar as consequências nefastas já comprovadas da indústria de plantações de árvores. Além disso, vários grupos nos Estados Unidos estão se organizando para impedir que a Arborgen receba aprovação para lançar comercialmente um eucalipto transgênico resistente a temperaturas abaixo do zero. Você pode [apoiar essa luta assinando aqui](#).

É hora de deter a expansão das monoculturas!

- (1) <http://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/plantacoes-de-arvores/arvores-geneticamente-modificadas/>
  - (2) [http://wrm.org.uy/pt/postagem\\_em\\_destaque/declaracao-da-campanha-para-deter-as-arvores-transgenicas/](http://wrm.org.uy/pt/postagem_em_destaque/declaracao-da-campanha-para-deter-as-arvores-transgenicas/)
  - (3) <http://www.mintpressnews.com/usda-moving-toward-less-oversight-regulation-regarding-new-ge-trees/202163/>
  - (4) <http://www.arauco.cl/informacion.asp?idq=626&parent=625&idioma=21>
-





## LUTAS DE RESISTÊNCIA E VOZES DE MULHERES QUE ENFRENTAM A DESTRUIÇÃO DE TERRITÓRIOS E AS FALSAS SOLUÇÕES



### **As mulheres na luta antimineração em El Salvador: “Somos esse enxame de abelhas”**

Em março de 2017, os povos de El Salvador conquistaram uma enorme vitória. Com a Lei de Proibição da Mineração de Metais, decretou-se a proibição absoluta da prospecção, da exploração e do processamento de minérios, tanto a céu aberto quanto subterrâneos, e o uso de substâncias tóxicas como cianeto e mercúrio. A lei é retroativa e, portanto, nega de forma absoluta as licenças que poderiam estar em tramitação. O risco de prejudicar rios e fontes de água tem sido uma das frentes de luta dos movimentos sociais contra a indústria extrativa.

A lei é o ponto culminante de mais de dez anos de luta por parte de organizações de base e líderes comunitários que se opuseram principalmente aos trabalhos realizados na mina El Dorado, no departamento central de Cabañas, pela empresa Pacific Rim – agora, a australiano-canadense OceanaGold. A oposição ao projeto El Dorado foi brutalmente reprimida, deixando um saldo trágico de mortos e feridos.

Embora a participação ativa das mulheres nos processos de resistência seja quase sempre invisibilizada, as mulheres que estão por trás da luta antimineração em El Salvador não só conseguiram continuar lutando, mas também têm assumido o papel de protagonistas.

Conversamos com Rhina Navarrete, coordenadora geral da ASIC (Associação Amigos de San Isidro Cabañas).

#### **1. O que fez com que as populações resistissem com tanta força e por tanto tempo contra o projeto El Dorado?**



Um dos principais motivos foi a defesa dos recursos hídricos, já que a maioria da população tinha muito claro que a cidade ficaria sem o líquido vital. Além disso, houve alguns eventos, como a morte de gado em áreas onde foram feitas as explorações, e alguns poços também secaram.

### **2. Como a resistência foi organizada? Qual foi a estratégia?**

Foram várias etapas. Em primeiro lugar, coletar toda a informação possível sobre o projeto de mineração e conhecer em primeira mão os impactos que ele teria sobre a região e o país. Em seguida, fazer trabalho de campo para informar as comunidades sobre os efeitos negativos da mineração de metais. Foram realizados fóruns informativos com especialistas (Dr. Robert Moran e Dina Larios) sobre a questão da mineração e também com pessoas que já tinham experiência com os danos causados por ela, como no caso de Honduras (Dr. Almendares). Elaboramos material escrito, audiovisual e de rádio, em linguagem popular, para que fosse de fácil assimilação por toda a população. Também foram criadas alianças estratégicas com outras organizações em todo o país.

### **3. Como a empresa reagiu?**

A empresa não ficou de braços cruzados. Eles também iniciaram uma campanha de propaganda nas comunidades, querendo fazer com que acreditassem que o cianeto não era fatal, mas a maioria das pessoas não acreditou. Além disso, usaram a estratégia que usam em todo o mundo: comprar autoridades, governos locais e líderes comunitários, fazer obras sociais, etc. Em algumas ocasiões, estavam presentes nos fóruns que promovíamos, questionando quem falava, mas não sabiam que essas pessoas eram peritos científicos no assunto.

### **4. Qual foi o papel das mulheres nessa luta? Como ele é diferente da participação dos homens?**

Em primeiro lugar, a participação nos diferentes espaços informativos, na maioria, foi das mulheres. À medida que a população ia se informando e tomando consciência da magnitude do problema, as mulheres iam liderando o processo de luta (cerca de dez mulheres líderes). Elas faziam parte de uma estratégia para fazer denúncias e promover mobilizações.

### **5. Por que você acha que as mulheres assumem um papel de liderança nessas lutas?**

Em primeiro lugar, porque somos a maioria da população. Além disso, nós sofremos o impacto dos desastres e de qualquer conflito, bem como danos econômicos, à saúde, entre outros. Uma mulher sabe o quanto a água e os alimentos são necessários em um lar, seja ela mãe solteira ou não. Eu não estou dizendo que o homem não saiba, e sim que ela é a provedora direta de bens para a sobrevivência, é a cuidadora da família, da casa, das hortas, e a criadora dos animais domésticos.

A mulher é mais sensível aos problemas que a humanidade enfrenta e é excelente cuidadora e administradora de todos os bens (por exemplo, da mãe natureza, a deusa do mar, etc.). Uma mulher é muito decidida em suas convicções e não é tão fácil comprar sua vontade quando ela sabe que a vida está em jogo.

### **6. Para ter participação ativa na resistência, as mulheres também tiveram que lutar dentro de suas próprias comunidades ou lares?**



As mulheres conquistaram seu próprio espaço. Se em algum momento sua participação foi ofuscada por qualquer elemento masculino, foram casos especiais. Da mesma forma, eu acho que a sua maior luta se deu dentro de seus lares, uma vez que tinham que deixar sua família para se juntar à luta.

#### **7. Você acha que a luta já está ganha ou é preciso estar vigilantes?**

Uma lei que proíbe a mineração de metais em El Salvador não é garantia de nada, já que é uma lei secundária e a qualquer momento pode ser vetada ou modificada. Enquanto o país continuar aderindo a acordos de livre comércio, continuaremos expostos a qualquer ameaça – não só da indústria de mineração. Além disso, as legislaturas mudam a cada três anos e ninguém nos garante que a próxima não vá modificar as coisas. Pelo menos para o momento, podemos estar um pouco tranquilos/as com relação a esse assunto, embora o futuro dos salvadorenos permaneça incerto. E mais agora, com a Lei de Parcerias Público-Privadas, que visa aumentar o investimento privado, principalmente o investimento estrangeiro direto, já que o presidente divulgou sua posição de cumpri-la.

#### **8. Que mensagem você daria a outras mulheres e comunidades que estejam lutando contra empresas de mineração que tentam usurpar seus territórios?**

Que nós somos a maioria. Nós somos o enxame de abelhas, de formigas, e temos a capacidade de mudar o curso da história se ficarmos unidas/os. Eu insisto, nós, mulheres, somos maioria. É nosso direito e nossa responsabilidade defender a vida e o território. Eu acredito que a humanidade deve ter muito claro que o inimigo é o mesmo em todo o mundo e se chama CAPITALISMO. Devemos retomar nosso papel no cuidado da criação ou evolução, dependendo da perspectiva ideológica de cada indivíduo. É um desafio entre a conservação ou a destruição do ser humano. Sabemos que as riquezas são privadas, mas as consequências afetam a todos/as. Os custos são pagos pelo povo: nos vendem o que roubam de nós e, ao longo da história, os mortos são os mesmos de sempre. O ouro não se come, não é um bem essencial para a humanidade. A água é um recurso finito. Mas acima de tudo, nós, mulheres, temos uma grande capacidade de amar, e amar com o coração, de modo que devemos fortalecer o amor ao próximo, à vida, à família, à humanidade, à natureza e à criação ou evolução. A chave para a vitória está no AMOR.

---





## Filipinas: defender os defensores, defender seus direitos

Juvy Capion era uma indígena b'laan, mãe de três filhos e uma firme defensora de seu domínio ancestral em Cotabato do Sul, nas Filipinas, contra o projeto de mineração Tampakan. Sua casa foi metralhada no início da manhã de 18 de outubro de 2012. Os homens do 27º Batalhão de Infantaria das Forças Armadas das Filipinas (AFP, na sigla em inglês), que lideraram o ataque, disseram ser uma legítima operação militar contra um bandido. O “bandido” era Daguil Capion, marido de Juvy e líder tribal que também se opunha fortemente ao projeto de mineração. O ataque deixou mortos Juvy e seus dois filhos, Jordan, 12 anos, e John, 8 anos. Vicky, de 4 anos de idade, sobreviveu. Daguil, por sua vez, não estava em casa naquele momento.

O caso, conhecido como o “Massacre Capion”, é um dos 31 assassinatos extrajudiciais relacionados à mineração e outras campanhas extrativistas no governo anterior, chefiado por Aquino, que permanece sem solução.

Enquanto isso, continua avançando o Projeto de Mineração Tampakan, da Sagittarius Mines, Inc., que tem participações da empresa australiana Indophil Resources NL. A área do projeto sobre cerca de 10 mil hectares, incluindo terras agrícolas e domínios ancestrais dos povos indígenas b'laan. Ele é apresentado como o maior projeto de mineração de cobre e ouro no Sudeste Asiático.

O novo governo do presidente Duterte se comprometeu a permitir apenas a “mineração responsável” no país e fechar todas as minas que tenham impactos negativos sobre o meio ambiente. O Presidente nomeou Regina Lopez como secretária [ministra] do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DENR). Ela é conhecida por seu trabalho em campanhas contra a mineração, de forma que a notícia foi bem recebida nas comunidades afetadas pela atividade e entre organizações ambientais. Regina Lopez determinou a realização de auditorias na mineração e, como resultado, 23 mineradoras foram fechadas e mais cinco, suspensas. Mais tarde, ela também determinou o cancelamento de 75 contratos de mineração, entre eles, o do projeto Tampakan.



Essas ações lhe renderam a ira da indústria de mineração, que fez lobby para rejeitá-la como secretária do DENR no Comitê do Congresso responsável pelas nomeações. Mesmo que as comunidades locais, os movimentos ambientalistas e o público em geral a tenham apoiado, depois de uma longa série de audiências no Congresso, Regina Lopez acabou sendo rejeitada. O secretário do Departamento de Finanças, Carlos Dominguez, soltou um suspiro de alívio quando ela deixou o DENR. A família Dominguez tem fortes laços com diferentes mineradoras. Mais do que isso, seu irmão é executivo da Sagittarius Mines, Inc.

O Presidente, que havia apoiado Regina Lopez, apenas ficou nos bastidores enquanto sua indicada era rejeitada. E o mesmo aconteceu com sua promessa de campanha sobre a “mineração responsável”. O lobby da indústria de mineração venceu e a agenda empresarial está firmemente instalada. Com todas as ordens para fechamento em fase de recurso, o secretário Dominguez garantiu à indústria que tudo voltou ao normal, e que essas ações desfavoráveis à mineração nunca mais vão acontecer. “Nunca mais”, disse Dominguez. O próximo nomeado por Duterte como secretário do DENR foi o general Roy Cimatu, ex-chefe das Forças Armadas, agora reformado. Enquanto ainda balbucia “mineração responsável” e “equilíbrio entre o meio ambiente e investimentos em mineração”, Cimatu suspendeu a ordem administrativa de Regina Lopez que proibia a mineração a céu aberto no país.

Além de impulsionar ainda mais os investimentos de gerais reformados e outros militares profundamente envolvidos na indústria de mineração, a nomeação de um militar para o órgão ambiental militariza os conflitos relacionados ao setor, bem como outros, ligados aos recursos naturais. Isso é muito alarmante. Até o momento, com base na documentação da campanha nacional contra a mineração ou *Alyansa Tigil Mina* (ATM), 15 defensores dos direitos humanos foram assassinados defendendo suas terras e seus territórios durante os dez meses da administração Duterte. A maioria deles era de líderes comunitários com campanhas em andamento contra a mineração e a concentração de terras. Uma das vítimas mais recentes foi Mia Mascarinas, advogada que trabalhava com direitos humanos e ambientais. Além desses assassinatos, mais de 8 mil mulheres, homens e crianças foram mortos na guerra de Duterte contra as drogas.

Mais alarmante é a declaração, pelo presidente Duterte, da lei marcial, em junho de 2017, em Mindanao, supostamente como resposta ao terrorismo do Estado Islâmico (ISIS) na região. Mindanao tem uma grande população de muçulmanos, bem como povos indígenas, e é considerada a capital da mineração no país.

Enquanto as comunidades locais em Mindanao vivenciam os graves impactos da guerra contra o terrorismo – ataques aéreos matando civis e destruindo casas, milhares de famílias fugindo de suas comunidades, falta de comida e atendimento de necessidades básicas nos centros de refugiados, e civis pegos no fogo cruzado – a indústria de mineração é rápida em seu apoio à guerra e à lei marcial de Duterte. As grandes operações de mineração na região, cuja maioria está incluída na ordem de fechamento da então secretária Regina Lopez, anunciaram que estão “operando normalmente” e que a maior presença militar na região fez com que se sentissem mais seguras.

Não é coincidência que a confiança de empresas e investidores estrangeiros no país tenha aumentado com a deterioração dos direitos humanos e a governança rígida, violenta e militarista da administração Duterte. Isso porque a oposição por parte de



comunidades locais, organizações de povos e movimentos sociais será silenciada. Na verdade, a declaração do presidente contra os direitos humanos (1) e suas ameaças contra ativistas e defensores de direitos humanos (2) são, no mínimo, assustadoras: “Não acredite nesses ativistas de direitos humanos. Eu vou matá-los, juntamente com viciados em drogas, vou decapitá-los. Vocês não podem me ameaçar com isso. Tentem me colocar atrás das grades” (3). A proteção intensa que ele dá às forças policiais e militares, garantindo proteção na implementação da guerra contra as drogas e a criminalidade, é um compromisso com a impunidade. Ele deu a mesma garantia aos soldados quando declarou a lei marcial: “Eu irei para a cadeia por você. Se acontecer de vocês terem estuprado três mulheres, eu assumirei”. Essas declarações são uma clara incitação à violência, principalmente contra as mulheres. Duterte também tem usado as mulheres como parte dos incentivos e recompensas para os soldados. Ele é um presidente violento, militarista e misógino (5).

Com esse cenário político, a situação é muito difícil para os defensores dos direitos humanos, principalmente os que defendem os direitos das comunidades. Os interesses empresariais estão bem entranhados no governo Duterte, enquanto os direitos humanos e os ativistas que os defendem são demonizados. Assassinatos, estupros e objetificação das mulheres são normalizados, a cultura de violência e impunidade é promovida com firmeza. Além disso, Duterte continua tendo uma alta popularidade entre seus 16 milhões de eleitores filipinos, o que ele usa para justificar seu autoritarismo rasteiro.

Faz só um ano que o presidente Duterte governa o país. A justiça permanece ausente para Juvy Cacion e seus filhos, e para o número cada vez maior de mulheres, homens e crianças mortos em defesa de seus direitos, sua terra, suas vidas.

Mas há comunidades, grupos e organizações que, apesar do medo e da insegurança, continuam se manifestando. Eles se unem para ações organizadas contra todos esses abusos e vão às comunidades para fazer discussões mais aprofundadas sobre as ligações e conexões da devastação contínua de nossos recursos naturais e o militarismo do atual governo.

A esperança está dentro das comunidades e dos povos, que continuam a resistir.

10 de junho de 2017

*Judy A. Pasimio*

*LILAK (Purple Action for Indigenous Women's Rights)*

(1) Aljazeera, Rodrigo Duterte: “*I don't care about human rights*”, agosto de 2017, <http://www.aljazeera.com/news/2016/08/rodrigo-duterte-human-rights-160806211448623.html>

(2) Inquirer, *Duterte threatens to kill rights activists if drug problem worsens*”, novembro de 2016, <http://newsinfo.inquirer.net/848933/duterte-threatens-to-kill-human-rights-activists-if-drug-problem-worsens>

(3) Manila Standard, *Duterte vows to kill EU 'rights activists'*, maio de 2017, <http://manilastandard.net/news/top-stories/237140/duterte-vows-to-kill-eu-rights-activists-.html>

(4) The Washington Post, *Duterte jokes that his soldiers can rape women under martial law in The Philippines*, maio de 2017



[https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/05/27/duterte-jokes-that-his-soldiers-can-rape-women-under-martial-law-in-the-philippines/?utm\\_term=.2a4d86247043](https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/05/27/duterte-jokes-that-his-soldiers-can-rape-women-under-martial-law-in-the-philippines/?utm_term=.2a4d86247043)

(5) <http://cnnphilippines.com/news/2016/04/20/duterte-complaint-womens-rights-group-chr.html>

---



## **A semente do desespero: comunidades perdem terra e fontes de água devido ao agronegócio da OLAM no Gabão**

“Com esses contratos nos quais supostamente todos ganham, eu gostaria de saber o que ganham as nossas comunidades. Pelo contrário, nós saímos perdendo e estamos morrendo em fogo lento”. Com esse grito de desespero, Célestine Ndong (1) descreve a situação amarga vivida em Mouilla, no Gabão, onde o programa GRAINE [semente, em francês] se desenvolve há alguns anos.

Esse programa, cujo nome, GRAINE, é a sigla em francês para “Iniciativa gabonesa para realizações agrícolas com cidadãos comprometidos” (*Gabonaise des Réalisations Agricoles et des Initiatives des Nationaux Engagés*), começou em dezembro de 2014. É uma parceria público-privada (PPP) da qual participa a multinacional do agronegócio OLAM e cujos objetivos são reduzir a pobreza e gerar emprego, obter segurança alimentar e apoiar o desenvolvimento e a diversificação econômica da república gabonesa (2).

Lançado com o apoio financeiro da FAO (3), o programa é **implementado em 200 mil hectares de terras ocupadas por comunidades** (4). Desses 200 mil hectares, o programa afirma que 120 mil irão para pequenos agricultores e 80 mil para o agronegócio.





A empresa para o desenvolvimento agrícola e rural (SOTRADER, na sigla em francês) é uma ferramenta fundamental da OLAM Gabão como parceira técnica. O Estado do Gabão tem 51% e a OLAM International, 49% da propriedade da *joint venture*, que é a “espinha dorsal” do programa.

A falta de uma distinção clara entre essas entidades faz com que as comunidades e os cidadãos do Gabão tenham dificuldades para distingui-las entre si. Para muitos, a GRAINE é apenas a justificativa para a OLAM Gabão continuar controlando o país como faz desde 2010 (5). Essa estratégia não se concentra apenas no dendê (palma), mas também na borracha, na madeira e em outros recursos.

A página no site da OLAM reservada à GRAINE (6) fala dessa **iniciativa que celebra o agronegócio em um país que luta para sair da importação de alimentos básicos para sua população**. Essa importação custa ao país cerca de 300 mil milhões francos CFA por ano, cerca de US 514 milhões de dólares (7).

Na quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017, com um grupo de camponeses e camponesas e de organizações da sociedade civil gabonesas e internacionais, fomos até o eixo Mouilla-Fougamou para conhecer o resultado das promessas da OLAM e seus aliados.

**Rios enterrados junto com suas populações de peixes, empregos inexistentes, aumento da precariedade, concentração de terras, águas poluídas, abandono das aldeias por jovens: essa é a realidade diária da população.**

“Estamos aqui nesta plantação de dendê da OLAM, em um aterro onde havia um rio que tinha peixe e todo tipo de produtos pesqueiros para o nosso consumo. Mas como vocês podem ver, esse rio já não existe, a OLAM destruiu”, diz com amargura uma senhora de mais de 60 anos, que se mantém de pé com dificuldade.

Mbougou, que está localizada a cerca de 32 km de Mouilla, paga um preço alto pela intenção da OLAM de fazer no Gabão **“a maior plantação de dendê da África”** (8), quando a prioridade do país é alcançar a autossuficiência alimentar.

Portanto, comprova-se claramente que a agricultura industrial e voltada à exportação é o que mais importa para o programa GRAINE, uma vez que, nas áreas de concessão do Estado, só se concentram esforços de produção nas que são adequadas para o cultivo do dendê. A propósito, as plantações de dendê já atingiram 42 mil hectares, enquanto os cultivos de produtos alimentícios (banana, mandioca, tomate, pimentão) cobrem apenas 8 mil hectares, por exemplo, na zona de Ndendé.

Junto à concentração de terras e à destruição de rios, **também constatamos a inexistência dos empregos prometidos para os jovens nas aldeias**. A visita às plantações nos permitiu ver que a mão de obra vinha da Ásia, e mesmo as tarefas mais comuns nas plantações de dendê eram feitas por estrangeiros. Assim, a mão de obra local se torna escassa e parece estar em vias de extinção.

Em Yamba, outra aldeia onde a OLAM tem plantações, a situação é igualmente desoladora. As plantações da Olam estão “diante das portas das casas”, quando a legislação do país exige respeitar uma distância regulamentar. **“A administração e os operadores florestais tinham proposto uma zona tampão de cinco quilômetros, que**



**as populações já consideravam insuficientes; hoje, como vocês podem ver, as plantações estão a menos de dois quilômetros de nossas cabanas”,** diz, indignado, um produtor de Saint-Martin, outra aldeia igualmente afetada.

No entanto, o programa GRAINE continua afirmando que o programa é único em seu tipo e visa o desenvolvimento local e a diversificação da economia do Gabão. Enquanto isso, atores relacionados ao programa, como a OLAM, têm exportado óleo de dendê para Espanha, Camarões e Nigéria.

“Claramente, esse programa é uma armadilha para nos fazer perder a nossa terra por meio de contratos difíceis de entender e de obter cópias”, repete, irritado, um membro de uma cooperativa paga mensalmente pelo programa GRAINE.

E continua dizendo: “Em suas explicações, os técnicos da SOTRADER nos fazem ver o risco que corremos se não conseguirmos uma produção que permita reembolsar o pré-financiamento dado pela OLAM e a SOTRADER, ou seja, sementes, fertilizantes, máquinas e salários de 100 mil francos CFA”.

Enquanto tem concedido alguns títulos de propriedade (9) que muitos questionam devido à falta de diálogo e consulta às populações (e que, na verdade, são decretos assinados por ele), o presidente da república, de mãos dadas com a OLAM, afirma estar levando a cabo o desenvolvimento do Gabão. No entanto, essa nova era em que os agricultores se tornam empregados de cooperativas fomentadas e criadas pelo programa GRAINE pressagia numerosos problemas para conseguir que a alimentação dos gaboneses dependa de seus próprios agricultores.

*RADD Camarões; SEFE Camarões; YETHIO Costa do Marfim; SYNAPARCAM Camarões; GRAIN et WRM*

- (1) O nome foi mudado por razões de segurança.
- (2) Relatório do Fórum GRAINE, de 5 a 7 de novembro de 2015.
- (3) <https://www.oxfordbusinessgroup.com/news/progression-des-plans-gabonais-en-mati%C3%A8re-d%E2%80%99agriculture>.
- (4) <https://www.farmlandgrab.org/post/view/25462>.
- (5) [http://49tmko49h46b4e0czy3rlqaye1b.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2011/12/nov152010-gabon\\_palm-ppt.pdf](http://49tmko49h46b4e0czy3rlqaye1b.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2011/12/nov152010-gabon_palm-ppt.pdf).
- (6) <http://olamgroup.com/products-services/food-staples-packaged-foods/palm/upstream/graine/>.
- (7) <http://gaboneco.com/projet-graine-ces-plantations-de-l-espoir.html>.
- (8) Entrevista a Gagan GUPTA, em African Business N° 40, agosto-setembro de 2015.
- (9) <http://gabonreview.com/blog/des-agrements-des-titres-fonciers-et-des-graines-prometteuses-dans-la-ngounie/>.





## Dercy Teles sobre a mobilização popular das seringueiras e seringueiros no Brasil

Dercy Teles de Carvalho foi a primeira presidenta de um Sindicato de Trabalhadores Rurais do Brasil na pequena cidade de Xapuri, Acre, em 1981. Xapuri ficou conhecido nacional e internacionalmente pelo sucessor da Dercy na direção do sindicato: o Chico Mendes. Conversamos com Dercy durante o recente encontro “Os efeitos das Políticas ambientais-climáticas para as populações tradicionais: manejo florestal, REDD, PSA” (1), sobre a rica história de mobilização popular dos seringueiros, as dificuldades, aprendizagens e desafios.

Dercy é filha de uma família tradicional seringueira. O pai dela, como a maioria dos seringueiros, veio do Nordeste do Brasil, em busca de uma vida melhor. O pai do Dercy ensinou ela a ler e com ele ela aprendeu os exercícios básicos da matemática. Dercy iniciou sua militância durante a ditadura militar nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Inspirada na teologia de libertação, foi nas CEBs que ela começou a refletir sobre e incidir na realidade dos povos. Depois, se virou uma das professoras de educação popular. Atuavam a nível da comunidade e gratuitamente. Inspirados no método de Paulo Freire (2) elaboraram materiais didáticos específicos para a realidade dos seringueiros, usando a linguagem da comunidade. Conta que era muito divertido este trabalho, mesmo que para chegar nos locais de aula, as vezes tinham que percorrer 12 horas a pé.

Quando começou a entrar a pecuária no Acre, a partir da década de 1970, surge o conflito entre o povo seringueiro e os pecuaristas, grandes fazendeiros. Foi nessa época que o povo seringueiro, que dependia da floresta, começou, com sucesso, a usar a tática de luta do “empate”: uma ação coletiva, um grande mutirão, para sensibilizar os peões que dirigiam os tratores que destruíram a floresta.

Em 1981 Dercy foi eleita presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais, eleita por mais de 900 delegadas e delegados. Naquela época, as lideranças sindicais não eram remunerados. Tinha os parceiros para ajudar nos deslocamentos e encontros.



Construíram também nessa época o Partido dos Trabalhadores (PT), há mais de 20 anos no poder no Acre.

**Pergunta: Quais foram os principais aprendizados da luta dos seringueiros para você?**

**Dercy:** Neste processo de luta que foi desenvolvido em Xapuri a partir dos anos 1970, a gente construiu muitos instrumentos que fortaleceu a luta, possibilitando ao município de Xapuri ser reconhecido nacional- e internacionalmente a partir do movimento sindical com a participação do Chico Mendes, etc. Fomos percebendo que o sindicato de trabalhadores rurais não conseguiu abranger essa realidade específica do povo seringueiro. Criamos organizações específicas o Centro de Trabalhadores da Amazônia, que trabalhou questões como a saúde e a comercialização. Em 1985, organizamos na Universidade de Brasília o primeiro encontro nacional de seringueiros do Brasil e criamos o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) com o apoio de vários parceiros. A partir disso começamos a idealizar a RESEX (Reserva Extrativista) que era uma espécie de reforma agrária, mas diferente, atendendo à especificidade do extrativista. Foi eleita uma direção do CNS e começamos a pensar áreas de atuação no intuito do extrativista poder viver seu modo de vida. Depois de tudo isso desandou porque a gente não vigiou, não controlou o processo de luta, a gente acabou entregando, fez toda uma construção, entregou para pessoas estranhas das organizações e do governo que depois utilizaram de uma forma completamente em desacordo com aquilo que a gente sonhava. O governo do PT cooptou tudo mundo e se transformou no pior dos inimigos enquanto afirma que está tudo maravilhoso com o “desenvolvimento sustentável”. Hoje vemos uma destruição dos movimentos pelas intervenções do governo. Apesar dos professores hoje serem contratados, as escolas libertadores de antes, com o PT, se transformaram em escolas tradicionais, escolas que preparam as pessoas para cidade e não para se manter na floresta. Há uma grande dificuldade de mobilizar as pessoas. A incredibilidade é muito grande. As pessoas só vão para reunião se é para ganhar alguma coisa. Se é para aprender alguma coisa não vão. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, hoje é um sindicato onde as lideranças são assalariados, distanciando elas das suas bases. A eleição recente da direção do sindicato de Xapuri resultou em que hoje se transformou no sindicato das empresas madeireiras. (3)

Então o que eu digo hoje principalmente para a juventude, para as pessoas que estão construindo um processo de luta, de defesa dos seus direitos, dos seus territórios é que a gente tem que confiar, mas tem que vigiar. E ao indicar um cidadão para assumir qualquer posto, representando a comunidade, ele tem que realmente representar aquilo que a comunidade deseja, ele não pode falar pela comunidade sem antes ter passado por uma discussão com a própria comunidade, porque ao contrário ele está fazendo uma representação ilegítima e não representando os anseios da comunidade. Isso é muito importante. Porque foi isso que nos fez perder muito do que nos construímos, de deixar por conta de pessoas que eram da nossa confiança mas na verdade não correspondeu com a confiança que lhes foi depositada.

**Pergunta: O que significa para vocês uma reserva extrativista (RESEX), não na forma como ela acabou se tornando, mas da forma como vocês a idealizaram? O que era para vocês o principal dessa ideia?**

**Dercy:** A ideia principal da reserva extrativista era institucionalizar um modelo de reforma agrária que atendesse as especificidades da cultura e da população tradicional.



Que não fosse um loteamento haja vista que o loteamento não atende às especificidades da cultura e da população tradicional. Então a reserva foi projetada com esse sentido, de promover uma reforma agrária adequada à realidade da população seringueira na época que ela ainda era bem significativa.

**Pergunta: E qual era a visão de vocês sobre as decisões o que fazer dentro da RESEX, a quem caberia essas decisões?**

**Dercy:** o projeto original da reserva extrativista tinha em seu conteúdo como ponto principal que a reserva seria administrada pelos próprios moradores. É tanto que foi elaborado um plano de utilização com a participação dos moradores aonde eles determinaram ponto a ponto do que podia e que não podia acontecer dentro da reserva. E eles seriam os principais responsáveis.

**Pergunta: E em que se transformou este RESEX hoje?**

**Dercy:** Olha, com a intervenção do governo, de agentes estranhos à reserva, de agentes externas, dentro da Reserva todo este projeto original ele foi distorcido. Então o plano de utilização da reserva foi modificada gradativamente nos gabinetes em Brasília [*capital do Brasil, sede do governo federal*], com a participação destes que se dizem representantes da comunidade, mas realmente não representa nada porque hoje são funcionários do governo, estão a servir o governo e não a comunidade. Então todo este plano de utilização ele foi desmoronado e hoje existe um plano que atende aos interesses do governo e não dos trabalhadores. E morar hoje na Reserva se tornou uma situação de penúria porque as pessoas vivem sobressaltada, vivem sendo criminalizadas com multas exorbitantes por fazer suas roçadas de subsistência para receber R\$ 100 da “bolsa floresta” (4), e não tem para quem apelar, porque o Instituto Chico Mendes que é o gestor da Reserva só entra na Reserva para punir-los, multar-los e criminalizar-los e ameaçar-los. Não tem um processo de educação para que as pessoas possam viver harmoniosamente com a natureza e o governo não oferece condições para que se possa sobreviver do extrativismo sem agredir a natureza porque está provada secularmente que uma das atividades que é harmonioso com a natureza é o extrativismo da seringa e da castanha. A castanha nem em todas as colocações existe e o extrativismo da seringa está falida porque não existe mercado para absorver. Isso tudo leva a um processo de expulsão suave: as pessoas vão sair espontaneamente.

**Pergunta: Além de tudo isso que você já falou, que mais você diria para outras lutas, para jovens ativistas que se inspiram nesta luta aqui, em Xapuri e como resgatar o que foi perdido?**

**Dercy:** É necessário ser fermento na massa, sempre. Em relação a aprendizagem, a mensagem que eu transmito para os jovens é o seguinte: que a gente tem que aprender fazendo, e fazer aprendendo, porque só assim a gente valoriza nosso meio, a nossa cultura e o nosso território. Este encontro que estamos aqui tem o objetivo de unir indígenas e não-indígenas que vivem na floresta. Sem a floresta, a gente não vive. A única coisa que resta na cidade é o tráfico de drogas. Vamos esquecer nossas diferenças, e não será para nos, já foram 40 anos de luta, e hoje tenho o prazer de incentivar a luta. Nosso inimigo principal é o capitalismo. Só não combatemos ele porque estamos desunidos.

(1)Veja várias entrevistas realizadas durante esse encontro, incluindo uma com Dercy

Teles: [http://encontrodexapuri.blogspot.nl/2017/06/blog-post\\_7.html](http://encontrodexapuri.blogspot.nl/2017/06/blog-post_7.html)

(2)Educador brasileiro, destacou-se por sua contribuição na área de educação popular



- (3) Veja artigo de denúncias da população da RESEX Chico Mendes em Xapuri sobre o chamado “manejo florestal comunitário”, em <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-vozes-de-comunidades-no-acre-alertam-sobre-as-violacoes-envolvidas-no-manejo-florestal-sustentavel-comunitario/>
- (4) Recurso de R\$ 100 por mês repassado pelo Estado a famílias que vivem nas florestas sob a condição de não mais tocar na florestas, por exemplo não mais pôr fogo para fazer roça



## **Crise e esgotamento do modelo petrolífero na Venezuela: a megamineração e as novas fronteiras da extração**

A Venezuela é muito conhecida não só por ser um dos principais exportadores de petróleo do mundo, mas também pela crise extraordinária que está afetando todas as áreas da vida social do país. Apesar da ampla cobertura jornalística internacional sobre o que acontece no país, as versões dominantes são visivelmente distorcidas, com muitas manipulações e omissões, e raramente destacam as causas da situação (1).

Para além das conhecidas disputas eleitorais entre os principais partidos políticos venezuelanos, está se desenvolvendo um confronto entre as elites políticas e econômicas motivado, em grande parte, pelo controle do Estado petrolífero (Petro-Estado) e a gestão da extração dos recursos naturais no país. No entanto, o problema é mais profundo, porque o modelo de acumulação nacional baseado no petróleo está diante de um esgotamento histórico, o que representa uma inflexão na economia venezuelana, apontando para uma colonização de novas fronteiras da extração, com foco na mineração.

Apesar dos confrontos violentos e do alto nível de volatilidade e incerteza sobre o futuro desfecho da crise venezuelana, os principais candidatos ao poder político



parecem concordar em uma coisa: a expansão da extração dos recursos naturais. Este artigo trata disso.

### **O dilema diante do esgotamento do modelo petrolífero: a megamineração e as novas fronteiras da extração**

O histórico extrativismo petrolífero, base material para dar vida ao mito da “Venezuela Saudita” ou “Grande Venezuela”, está em franco esgotamento. Ele proporcionou alguma influência geopolítica ao país (que foi um dos fundadores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP, em 1960) e colonizou o norte do rio Orinoco, onde estão as principais bacias de petróleo e onde vivem 95% da população, longe da Amazônia venezuelana.

Isso aconteceu por várias razões, entre as quais destacamos:

a) A queda progressiva na rentabilidade e na estabilidade do negócio petrolífero devido ao declínio das fontes convencionais (petróleos brutos médios e leves). Atualmente, quase 60% do petróleo bruto extraído no país é composto de pesados e extrapesados, que são mais caros e exigem preços elevados e relativamente estáveis para que o investimento seja viável;

b) a volatilidade e a instabilidade dos preços internacionais do petróleo, que também volatilizam a economia frágil e dependente da Venezuela;

c) mudanças no conjunto dos grupos de poder no mundo petrolífero internacional, destacando a importância dos produtores que não fazem parte da OPEP, como o Canadá (devido às areias betuminosas de Alberta) ou os Estados Unidos (devido ao auge das diferentes formas de petróleo de xisto). Isso, por sua vez, indica uma perda de influência da OPEP;

d) e os efeitos tardios da chamada “doença holandesa”, que exacerba fatores vulneráveis da economia nacional, vinculados à primarização petrolífera extrema (dependência de 96% em relação às exportações de petróleo bruto), imensa dependência da importação de alimentos, e desajustes cada vez maiores entre os níveis de consumo interno, a absorção de receitas do petróleo e seus mecanismos de distribuição.

Esses e outros fatores resultaram em um dilema histórico sobre a direção e a forma que o modelo de desenvolvimento deve assumir. Pelo menos desde 2005, o governo, inicialmente nas mãos do presidente Hugo Chávez e agora com Nicolás Maduro, propôs um relançamento da economia nacional cuja bandeira era melhorar a extrativismo dos óleos brutos extrapesados da Faixa Petrolífera do Orinoco (FPO). O projeto: elevar as quotas nacionais de extração a 6 milhões de barris por dia durante a próxima década, com a FPO fornecendo 4 milhões (atualmente, ela produz cerca de 1,2 milhão).

Essa proposta enfrentou muito pouca objeção na época, tanto das bases de apoio do governo nacional quanto dos partidos de oposição, cujos programas de governo propunham exatamente o mesmo objetivo.

No entanto, a aposta não parece resolver a encruzilhada histórica em que se encontra o modelo nacional de acumulação de capital, devido aos fatores mencionados



anteriormente. Isso tem sido muito significativo para a configuração de uma nova e crescente valorização da mineração na Venezuela, talvez sem precedentes na história do país.

Em 2011, o presidente Chávez apresentou pela primeira vez o megaprojeto “Arco Mineiro de Guayana”, que posteriormente passou a ser conhecido como “Arco Mínero do Orinoco”. Trata-se de um extenso cinturão de minérios de 111.843,70 km<sup>2</sup> (12% do território nacional, com o mesmo tamanho de Cuba) que está localizado ao sul do rio Orinoco (parte das regiões conhecidas como “Amazônia Venezuelana”). O projeto prevê a exploração de ouro, diamantes, ferro, coltan, bauxita e outros minerais, e tem sido proposto como um “polo de desenvolvimento” ao longo da Faixa Petrolífera do Orinoco (totalizando 175 mil km<sup>2</sup>).

O período de crise extraordinária iniciado em 2013 parece abrir as portas para um período de acumulação mais voraz, com o relançamento de uma atividade extrativa flexibilizada, que se propõe a reimpulsionar não só o Arco Mineiro do Orinoco, mas todo um conjunto de projetos em novas fronteiras extrativas, seja em zonas altamente conservadas, em regiões pouco impactadas ou em áreas onde os processos de impacto e degradação socioambiental se intensificarão como nunca.

As disputas geopolíticas pelos chamados “recursos naturais” e a potencial guerra comercial entre China e Estados Unidos geram pressões significativas e crescentes por esse aprofundamento da atividade extrativa. Principalmente com capitais chineses, mas também com o número cada vez maior de outras empresas transnacionais, como a canadense Barrick Gold, estão sendo negociadas a abertura de novas minas e a ampliação de antigas explorações desse tipo, flexibilizando e desregulando as tradicionais condições nacionalistas de operação e negócios presentes desde que iniciou-se o governo de Hugo Chávez, em 1999.

Um exemplo disso foi a criação, no final de 2014, das “Zonas Econômicas Especiais”, que representam liberalizações integrais de áreas do território nacional para remover obstáculos ao desenvolvimento acelerado dessas regiões, o que implica abrir mão de soberania para capitais estrangeiros, que passariam a administrar essas áreas praticamente sem limitações.

Uma amostra do novo salto da mineração na Venezuela pode ser vista no projeto de certificação de todas as reservas de minerais de país, que vem sendo promovido pelo governo desde 2012, com a ajuda de empresas chinesas como a Citic Group Corporation. A ideia é formalizar a quantificação de todas essas reservas para impulsionar o que o presidente Maduro chamou de o “Motor Mineiro”, ativado em fevereiro de 2016, no marco da “Agenda Econômica Bolivariana”.

Além do megaprojeto do Arco Mineiro do Orinoco, foram propostas a recuperação e a expansão da mineração de carvão na Serra de Perijá (em Carbozulia, estado de Zulia, no oeste), o resgate da mineração de níquel ao sul do estado de Aragua de (Loma de Níquel) bem como o novo impulso a projetos menores de mineração de metais e não metais em todo o país, como a mina de sílica na cidade de Torres, no estado de Lara.

Em síntese, estamos diante de uma significativa reorganização geoeconômica do território nacional na qual se propõe uma penetração prolongada e intensa de novas





fronteiras extrativas, sendo que a (mega) mineração cumpriria um novo papel histórico, enquanto a Amazônia Venezuelana estaria diante de uma ameaça extraordinária, com consequências de longo alcance para a reprodução da vida de milhares de venezuelanos e venezuelanas.

### **Consequências e resistências indígenas e populares**

Os impactos negativos da mineração já são bem conhecidos e existem amplos registros de suas consequências. Os níveis de intensidade da mineração propostos para o projeto Arco Mineiro do Orinoco não têm precedentes na história da Venezuela e ocorreriam em uma das regiões de maior biodiversidade do país, onde também habita a maior quantidade de povos indígenas. Note-se que essas áreas já vêm sofrendo os impactos do grande crescimento da mineração ilegal nos últimos dez anos.

A megamineração a céu aberto do Arco Mineiro do Orinoco implicaria enormes níveis de desmatamento e perda da biodiversidade. Da mesma forma, os grandes volumes de água que seriam usados para, por exemplo, obter ouro, junto a uma grave contaminação com cianeto, arsênico e outras substâncias tóxicas, ameaçam muitos dos rios vitais que compõem a bacia do Orinoco, uma das principais reservas hídricas do país. Denúncias semelhantes têm sido feitas com relação à poluição que a mineração de carvão produziria nos rios que alimentam os principais reservatórios do estado de Zulia, onde vivem milhões de pessoas.

Os casos registrados mostram a violação da soberania alimentar das populações afetadas por empreendimentos de mineração (como os impactos sobre águas para o cultivo e a criação de animais por produtores locais ou o mercúrio causando uma crescente mortandade de peixes – dieta de muitos povos indígenas da Amazônia venezuelana). Por sua vez, já se registram processos de militarização das zonas extrativas e fronteiriças, e violência contra os povos indígenas, que também sofrem ameaças das redes de mineração ilegal que operam na zona. Os povos indígenas são os grupos mais afetados e ameaçados por esse ressurgimento do extrativismo.

De diferentes formas e, às vezes, com objetivos distintos, esses povos indígenas estão produzindo resistências. Por exemplo, os indígenas yek'wana e sanemá, da bacia do rio Caura, manifestam-se contra o Arco Mineiro do Orinoco enquanto denunciam o flagelo da mineração ilegal e o combatem em seus territórios. Uma situação semelhante existe entre os povos indígenas amazônicos que participam da Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia Venezuelana (COIAM).

Por sua vez, os yukpa e wayuu, na Serra de Perijá, mantêm sua resistência firme contra a expansão da mineração de carvão. Na luta dos índios pemón, podem-se encontrar populações que se mobilizam contra os invasores de seus territórios, mas sem se opor contra à prática da mineração (como as do Alto Paragua ou os de Urimán); por outro lado, há as que se opõem e se mobilizam completamente contra essa atividade (como as do rio Carrao).

Apesar das expressões impetuosas das resistências indígenas nos últimos anos, algumas usando métodos de ação direta (como a retenção de militares pelos índios pemón e os do rio Caura), esses povos originários enfrentam ameaças terríveis e são afetados por doenças, expulsões ou violência exercida contra eles. Em 2013, foi assassinado o



cacique yukpa Sabino Romero, líder da resistência de seu povo, sem que até agora tenha sido possível esclarecer quem foram os autores intelectuais de sua morte. Nos últimos meses, líderes indígenas da Amazônia venezuelana também foram assassinados nas mãos de atores ligados à mineração ilegal.

A oficialização do projeto Arco Mineiro do Orinoco pelo Decreto 2.248, de 24 de fevereiro de 2016, gerou um reposicionamento da questão ambiental no país, bem como um fortalecimento da causa ambiental nas mobilizações sociais (algo equivalente ao caso Tipnis na Bolívia, desde 2011, ou o “Baguazo”, em 2009, no Peru). A campanha contra o projeto tem conseguido aglutinar diversos atores políticos e gerado uma interessante comunidade crítica ao extrativismo, embora as manifestações pareçam ter perdido força desde os últimos meses de 2016 até hoje.

A verdade é que a situação de grave crise no país configura um cenário muito complicado para essas lutas e nos apresenta um panorama bastante confuso e difícil de resolver. De qualquer forma, é importante reconhecer que a situação também abre cenários novos, em que podem surgir novas formas de organização, valorização social e lutas. A preocupante situação de insustentabilidade socioambiental do país, as crescentes disputas territoriais, bem como os graves danos ecológicos gerados por esse salto da mineração na Venezuela provavelmente vão gerar condições para a repolitização do acesso, do uso e da gestão dos bens comuns.

*Emiliano Teran Mantovani,*

*Sociólogo e ecologista político venezuelano, membro da Rede Oilwatch América Latina e promotor do Observatório de Ecologia Política da Venezuela.*

- (1) Em maio 2017, apresentamos uma análise detalhada da situação atual na Venezuela, disponível em <http://www.alainet.org/es/articulo/184922>



## Mulheres amazônicas e andinas no VIII Fórum Panamazônico

### Como colocar a sustentabilidade da vida no centro dos debates

O VIII Fórum Panamazônico, realizado em Tarapoto, na Amazônia peruana, de 28 de abril a 1º de maio de 2017, procurou reunir e articular movimentos sociais, povos indígenas e comunidades tradicionais dos nove países da Bacia Amazônica: Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia, República Cooperativista da Guiana, Suriname, Colômbia, Peru e Guiana Francesa. O processo de construção, que durou um ano e meio, permitiu a constituição de Espaços de Diálogo e Debate com o objetivo de ordenar discussões coletivas, horizontais e interculturais.

Esses espaços tinham a tarefa de aprofundar os eixos temáticos do Fórum e apresentar propostas e ações. Eles funcionaram durante dois dias, e cada participante podia escolher seu grupo de debate. Cada grupo analisou o tema definido, tendo como eixo transversal, no primeiro dia, *Territorialidade e povos amazônicos-andinos*, e no segundo, *Cuidado dos bens da natureza*. Os grupos de debate foram: Mulheres panamazônicas-andinas: diversidade e diálogos interculturais; A mudança climática e a Amazônia; Soberania e segurança alimentar; Megaprojetos e extrativismo; Educação comunitária intercultural; Juventude panamazônica andina; Cidades para se viver na Panamazônia Andina; Descolonização do poder e autogoverno comunitário; Comunicação e vida panamazônica.

Para as mulheres de diferentes povos da Amazônia e dos Andes, foi um processo de diálogo que permitiu analisar os impactos sobre suas vidas e seus corpos, a tomada de seus territórios, a poluição e a depredação causadas pela ação das atividades de extração e dos megainvestimentos com capitais transnacionais que têm respaldo dos Estados. Analisar os impactos diferenciados sobre a vida das mulheres permite dar voz a experiências sociais silenciadas pelo patriarcado. As violências cotidianas, os fundamentalismos religiosos e os territórios onde está a vida das comunidades foram alguns dos eixos de reflexão. A relação com a natureza e a defesa dos territórios



constituem a força da resistência das mulheres contra as empresas e os Estados que respondem com repressão e criminalização.

Durante as conversas no Espaço de Diálogo Mulheres Amazônicas e Andinas, as mulheres reiteraram seu entendimento de que o *território* não é apenas o que está na superfície: “para nós, é um conceito integral, que inclui toda a vida que o habita. O sistema capitalista, em parceria com o patriarcado, quer controlar nossos corpos e territórios para reproduzir o capital. Nós, mulheres, queremos controlá-los para reproduzir a vida, reconhecendo os limites da natureza e fortalecendo uma relação que garanta a sustentabilidade de seus recursos e da vida humana. (...) Nossos corpos e territórios são disputados pelo capitalismo e o patriarcado. As empresas e o Estado nos violentam, as igrejas e o fundamentalismo promovem uma cultura de subordinação e de controle das mulheres. Nossos governos, em vez de nos proteger, são cúmplices”.

As mulheres aimarás, awajúns, quéchuas e de outros povos indígenas de várias regiões do Brasil falaram sobre suas práticas de cuidado da terra, da água e das florestas, como parte de suas culturas e cosmovisões, para proteger os recursos da natureza. “A relação com a natureza e seus recursos é indispensável para a vida. Nós, mulheres, fazemos parte dela e precisamos da soberania do território para sustentar a vida”, disse outra mulher durante o Diálogo.

Apesar do riquíssimo processo de construção desses diálogos e da visibilidade das lutas das mulheres nos territórios, a articulação das perspectivas das mulheres com todas as áreas temáticas abordadas no Fórum ainda é frágil. Muitos ativistas ecologistas, ambientalistas e líderes de movimentos sociais continuam vendo o extrativismo, as mudanças climáticas ou a descolonialidade (1) como temas neutros em termos de gênero. Portanto, a proposta de realizar um Tribunal Ético das Mulheres, que submeta a um julgamento simbólico diversas situações que as mulheres sofrem e às quais resistem na Amazônia Panandina, teria o desafio de dar visibilidade ao papel delas nas lutas de resistência.

O Tribunal analisou a repressão e a violência que vivem os povos originários indígenas e camponeses, bem como a “centralidade das mulheres nas estratégias de expansão da frente estatal-empresarial-midiática, porque elas representam o centro de gravidade do edifício comunitário”. (2)

Os casos apresentados no tribunal se situam no marco de um sistema capitalista, colonial e patriarcal que é estrutural e estruturante em relação às desigualdades e à violência que afetam a vida das mulheres panamazônicas e andinas.

O Tribunal foi impulsionado por organizações de mulheres na região, que selecionaram casos a apresentar:

**Caso Peru:** testemunhado pela líder amazônica Beatriz Caritimari, que denunciou a maneira autoritária com que o governo e as empresas transnacionais impulsionaram o megaprojeto para construir a Linha de Transmissão de Moyobamba-Iquitos. A obra afetaria os territórios de 14 distritos e seis províncias, prejudicando a biodiversidade, desmatando e colocando em risco a segurança alimentar das comunidades.



**Caso Brasil:** Daniela Silva, do Movimento Xingu Vivo para Sempre, apresentou a resistência das mulheres à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, região de Altamira, estado do Pará. O projeto, que mostrou a corrupção entre empreiteiras e governo e foi inaugurado em 2016, desalojou milhares de famílias de seus territórios, gerou extermínio cultural, destruiu ecossistemas e modos de vida tradicionais e aumentou as violências contra as mulheres, como a prostituição e a exploração sexual de meninas e adolescentes.

**Caso Equador:** Cristina Burneo Salazar, da Plataforma Nacional pelos Direitos das Mulheres do Equador, apresentou o caso das mulheres e meninas do povo indígena shuar, expulsas de sua comunidade pelas forças policiais. Ela também destacou a militarização da Amazônia para abrir caminho a megaprojetos extrativos de mineração a céu aberto pela empresa San Carlos Panantza, uma subsidiária da chinesa Tongling Nonferrous Metal groups e CRCC.

**Caso Chile:** A organização feminista Corporación la Morada de Chile apresentou o caso de Lorenza Cayuhan Llebul, da comunidade indígena mapuche Ahuidanche, que foi obrigada a dar à luz em um centro público de saúde com os tornozelos algemados e na presença de dois homens armados. Esse ato que viola a dignidade e a integridade de Lorenza faz parte de uma prática política institucional de perseguição e isolamento das comunidades mapuches no Chile.

Foram apresentados dois casos emblemáticos da região:

- **Berta Isabel Cáceres Flores**, líder indígena lenca e feminista hondurenha, assassinada em março 2016 por sua defesa dos recursos naturais e dos direitos dos povos indígenas. Ela liderava uma mobilização para impedir a barragem de Agua Zarca, que afetaria o rio Gualcarque, considerado sagrado pelos povos indígenas. Ele ainda está lutando para retirada do capital estrangeiro a partir do projeto pela empresa Desarrollos Energia SA, responsabilizada pelo assassinato.

- **Máxima Acuña de Chaupe**, ativista comunitária de Cajamarca, da serra norte do Peru, desde 2011 defende suas terras do consórcio minerador Yanacocha, que a assedia permanentemente para desalojá-la e explorar o ouro do subsolo. A empresa afirma ser proprietária do terreno de Tragadero Grande, localizado quatro mil metros acima do nível do mar, e a denunciou por furto qualificado, crime do qual ela foi absolvida judicialmente em maio 2017.

Os casos ouvidos, assim como muitos outros apresentados em tribunais oficiais nacionais e internacionais, bem como nos tribunais de consciência que nos precederam e constituem jurisprudência ética, nos permitem constatar a sistematicidade com que o corpo e a vida das mulheres constituem um *alvo estratégico* das formas de agressão contra a vida dos povos indígenas e das comunidades tradicionais do continente.

Como bem diz o veredicto do tribunal: “É por isso que as guerras informais atuais são ‘guerras feminizadas’ e ‘guerras de profanação’, como é consenso entre quem estuda o assunto. Em sua destruição física e moral das mulheres, bem como dos objetos que as representam e simbolizam sua posição e seu significado na vida da comunidade, atinge-se em cheio o coração da vida coletiva, rasga-se e se degrada o tecido comunitário. São ações cirúrgicas, como as destinadas à implosão de um edifício, do qual a engenharia, através de cálculos precisos, procura identificar o centro de gravidade para ali instalar a dinamite. Não é por outra razão que ouvimos, neste tribunal, sobre pisarem e destruírem



as panelas das mulheres shuar, como gesto eminentemente profanador e desmoralizador contra elas e seu papel na comunidade; que ficamos sabendo da nudez de Lorenza diante de seus captores no caso mapuche, como exposição de um troféu de guerra, bem como das ameaças a Máxima Acuña, em Cajamarca, de ataques a seus filhos, seus animais domésticos e seus cultivos, e da tentativa de deslegitimar sua luta para desacreditar sua moral mediante a instalação de rumores sobre sua honestidade e sua vida sexual, e a de sua advogada.

Muitas vezes, os homens se mostram mais frágeis e vulneráveis à sedução da frente colonizadora, hoje estatal-empresarial-midiática. Como porta-voz do resultado das deliberações dentro do espaço doméstico diante dos representantes do mundo exterior, sua posição se torna o fiel da balança, dividida entre a lealdade para com a sua gente e a subordinação à frente vencedora. Assim surge o sujeito intermediário – o cacique – fragilizado e vulnerável à corrupção pelo mundo do branco, posição da qual o papel feminino é preservado, pela lógica comunitária.

Por isso mesmo, as mulheres são o sujeito comunitário por excelência. O marcador genético da vida comunitária passa pela linhagem feminina. Portanto, a ação ativa de comunidades, povos e movimentos é necessária para derrotar o patriarcado e garantir a sustentabilidade da vida”.

Para mim, como feminista urbana, participar desse tribunal foi um desafio intelectual, político e emocional. A construção de uma perspectiva descolonial e intercultural é precedida pela escuta e o conhecimento de milhares de vozes e práticas de resistência que as mulheres indígenas e camponesas aportam desde os mais diversos territórios. A experiência nos permitiu dar mais um passo na perspectiva da sustentabilidade da vida como eixo central de nossas lutas e deixa em aberto o desafio de aprofundar essas perspectivas e, particularmente, as alianças dessas lutas.

*Lilian Celiberti, [lilian.celiberti \[at\] gmail.com](mailto:lilian.celiberti@gmail.com)  
Articulação Feminista do Mercosur*

(1) Colonialidade/Descolonialidade é uma perspectiva dentro do pensamento crítico latino-americano que abriu novos espaços de produção e reflexão, onde a questão do poder na modernidade é revista.

(2) Veredicto do tribunal: <http://www.forosocialpanamazonico.com/hermosa-edicion-del-veredicto-del-tribunal-de-mujeres-del-viii-fospa/>





## Chile: reconstruindo a resistência produtiva após os incêndios florestais

No início de 2017, a região sul do centro do Chile sofreu uma onda de incêndios que durou várias semanas e afetou cerca de 500 mil hectares, incluindo florestas, monocultivos de árvores e terras de pequenos produtores familiares.

Foram dezenas de focos ativos, distribuídos por uma ampla região do país onde a combustibilidade das monoculturas de pínus e eucalipto, as altas temperaturas e o vento facilitaram que o fogo assumisse dimensões incontroláveis. O povoado de Santa Olga, com cerca de 5 mil habitantes, foi completamente queimado, centenas de pessoas perderam suas casas em outras localidades, milhares foram evacuadas tendo que lamentar a morte de 11 delas entre os habitantes das áreas diretamente afetadas, assim como membros de brigadas que se ofereceram voluntariamente para combater o incêndio.

No Chile, o plantio de grandes extensões de pínus e eucaliptos começou em meados da década de 1970, em plena ditadura militar, e desde então, o Estado tem promovido e incentivado a atividade de acordo com o Decreto-Lei 701 e os chamados “subsídios florestais”. Isso provocou um processo de destruição e substituição de floresta nativa chamada “úmida” por grandes monoculturas de pínus e eucalipto que, entre muitos impactos, afetaram a água, reduzindo sua quantidade e sua qualidade. A seca e a escassez de água, combinadas com grandes extensões de monocultivos, favorecem o surgimento e a rápida propagação de incêndios florestais. Essas plantações estão basicamente nas mãos de dois grandes grupos econômicos chilenos: a CMPC, da família Matte, e a Arauco, do grupo Angellini, que, juntos, detêm cerca de 2 milhões de hectares de terra.

Após os incêndios, rapidamente se difundiram notícias falsas falando de “terrorismo mapuche”, tentando culpar esse povo indígena pelo desastre, embora os incêndios não tenham começado em seu território. No entanto, de acordo com algumas organizações sociais e movimentos populares, essa foi apenas uma tentativa das empresas de plantação envolvidas de evadir sua responsabilidade pelos incêndios. (1)



Desta vez, há também um fator agravante que, apesar de ser conhecido até mesmo pelas instituições públicas, não foi considerado: o de que a maioria das zonas afetadas pelos incêndios coincide com plantações de pínus e eucalipto que estão em quarentena há anos por estarem afetadas por pragas descontroladas. Isso se torna mais importante por mostrar que as companhias de seguros não cobrem as plantações afetadas por pragas, mas pagam seguro por incêndios. (2)

Depois de várias mobilizações populares denunciando a responsabilidade das empresas de plantações e exigindo que não se criminalize mais o povo mapuche, a Procuradoria, apesar das evidências, descartou a possibilidade de investigar as próprias empresas, concentrando-se em determinar responsabilidades individuais.

Em março de 2017, uma pequena delegação internacional (3), acompanhada por estudantes do movimento popular “Só o povo ajuda o povo” e membros do Observatório Latino-Americano de Conflitos Ambientais (Olca), visitou as regiões de Bío Bío e Araucanía para conhecer de perto a realidade das famílias que são vítimas não só dos impactos das monoculturas de árvores, mas também dos recentes megaincêndios florestais.

O movimento “Só o povo ajuda o povo” surgiu na cidade de Concepción, em resposta ao caos gerado por incêndios e para dar apoio às famílias afetadas. É composto pela Federação de Estudantes da Universidade de Concepción e pela Coordenadora para a Defesa dos Territórios, entre outros.

“A restauração dos solos afetados pelo fogo é um processo longo. A ajuda está sendo direcionada às propriedades familiares onde há resistência produtiva às monoculturas de árvores. A ideia não é dizer o que deve ser plantado, e sim apoiar a cultura produtiva do lugar, sempre usando sementes nativas que não tenham sofrido intervenção”, diz um dos estudantes membros do Movimento.

“Aqui, as terras com monoculturas de eucalipto ou pínus pertencem, em sua maioria, a grandes empresas florestais e a alguns pequenos proprietários que plantaram, mas não vivem no local. Antes, era uma zona onde se plantavam trigo, batata, feijão, lentilhas, frutas, coletavam-se ervas medicinais, além de haver animais de granja, como galinhas. À medida que as monoculturas de árvores avançam, as famílias de agricultores e indígenas são deslocadas ou veem as terras serem degradadas e a água desaparecer”, diz Lucio, do OLCA.

Visitamos a propriedade de Leonardo e Ruth, agricultores que vivem em uma área de meio hectare, no meio da zona incendiada, a poucos quilômetros da cidade de Concepción. (4)

Eles nos receberam de forma muito calorosa em sua casa. Depois das apresentações, Lira, membro do “Só o povo ajuda o povo”, nos contou que “o fogo veio de trás, passou por aqui, arrasou tudo e seguiu seu caminho, passando até por cima das estradas. Poucas famílias conseguiram salvar suas casas, e foi porque ficaram sozinhas para combater o fogo, arriscando suas vidas, com os rostos cobertos, molhando a si próprios e a suas casas sem parar. Foi um caos. A CONAF [Corporação Nacional Florestal] não chegava,



nem os bombeiros; era um estado de emergência tal que o território foi dado por perdido. As famílias que foram evacuadas daqui perderam tudo”.

“Para as empresas florestais, isso não é nada”, diz Leonardo, “mas somos nós, os pequenos proprietários, que estamos sofrendo. Eu tinha um pomar de cerejeiras muito bom, mas queimou tudo. Nós colhíamos para o nosso consumo, para fazer conservas e compotas, e para vender. Também tínhamos ameixas, maçãs, pêssegos; ainda dá para ver algumas frutas queimadas. As maçãs eram de muito boa qualidade...”.

Ambos são ervateiros, ou seja, conhecedores, coletores e defensores das ervas medicinais locais. “Nós coletamos as ervas nos arredores da nossa propriedade, em terras que agora estão queimadas. Havia erva-cidreira, hortelã, poejo, rosa mosqueta, campeche, pata de vaca, maqui e muitas outras. Tínhamos um depósito com toda a colheita do ano, e o fogo passou queimando tudo, o que estava no depósito e nos campos. Não há onde coletar. O galinheiro também queimou com as galinhas e tudo. Só se salvou esta casinha porque é coberta com placas de lata”, disse ele, apontando o pequeno rancho de dois quartos onde estávamos.

“Eu consegui soltar algumas aves”, diz Ruth, “mas outras queimaram. Eram as aves com as quais nós nos alimentávamos, obtínhamos ovos e carne para cozinhar. O eucalipto é o culpado de que tudo tenha queimado por aqui. O fogo veio das plantações florestais. Perdemos tudo o que tínhamos na nossa terra”.

Leonardo nos mostra o campo lindeiro onde se veem as fileiras de eucaliptos queimados. “Eu sempre brigava com o vizinho para que não colocasse eucaliptos nem pinus, mas foi a primeira coisa que ele fez. É por isso que eu perdi tudo aqui. Quando eles receberam o subsídio do Estado para plantar, havia árvores nativas, e os eucaliptos e os pinus mataram todas. Além disso, quando eles jogam o “líquido” [agrotóxicos] nas plantações, já estavam matando todas as ervas que nós podíamos coletar. Matam tudo que tem no solo e também as abelhas. Imaginem a quantidade de litros de água que um eucalipto toma por dia, e olhem quantos eucaliptos há aqui. Hoje temos muitos problemas com a água. Antes tinha muita água na minha terra, mas agora não, nós temos que dar água da torneira para os animais”.

“Para mim, a culpa é das empresas florestais que não perdem nada com isso. Elas são pagas porque as árvores foram queimadas, já que elas têm seguro. A madeira elas vão retirar da mesma forma; será para fazer lascas ou outra coisa. As empresas trabalham para ganhar, nunca perdem. Queremos saber como combater essas empresas florestais; nós não queremos que elas plantem mais árvores”.

“O incêndio aqui durou uns quatro dias. Eu não queria sair da minha casa, e quando eu finalmente decidi sair com o meu veículo, tive que passar debaixo das chamas. Eu achei que ia explodir, mas simplesmente me joguei”. Depois do incêndio, eles voltaram à sua terra e estão tentando recuperar o solo. “Agora temos que continuar lutando, vou replantar a minha propriedade e minhas árvores frutíferas”, diz Leonardo, com convicção. “Vai custar um mundo recuperar tudo. Há quem diga que eu não vou conseguir semear qualquer coisa na terra por um ano, mas eu não posso esperar um ano, então vou tentar assim mesmo”.



O governo oferece uma ajuda de um milhão de pesos chilenos (1.800 dólares) a cada família afetada, para ajudar a reinstalar, mas esse número é irrisório para quem perdeu tudo. Nessas circunstâncias, a solidariedade popular é fundamental, tanto através de doações quanto de trabalho voluntário. “Somos muito gratos aos voluntários que nos trouxeram arame, telas, nylon, estacas e nos ajudaram muito”, Leonardo reconhece, animado.

“Nós, das brigadas de voluntários, trabalhamos dentro da propriedade, estudando o solo e vendo quais as necessidades das famílias em cada caso, mas, ao mesmo tempo, aprendemos com essas famílias sobre o trabalho de campo e, acima de tudo, acompanhamos nesse luto, que é um processo doloroso para elas”, disse Lira.

A realidade de Leonardo e Ruth é apenas um exemplo das centenas de famílias vítimas das consequências de um modelo florestal baseado na monocultura, que só beneficia àqueles que têm mais, enquanto prejudica aos que não têm voz nem meios para enfrentar os mais ricos.

Como se isso não bastasse, em junho, foi realizada na cidade de Concepción uma Conferência Internacional sobre Biotecnologia de Árvores (organizada pela União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal – IUFRO, na sigla em inglês) para promover os avanços da pesquisa em árvores transgênicas, com vistas a melhorar sua “produtividade”. Em vários laboratórios do mundo e também do Chile, continuam sendo realizadas pesquisas e experiências para conseguir árvores transgênicas que sejam resistentes ao frio, aos agroquímicos, à seca, às pragas, ou seja, a grande parte dos problemas que essas mesmas monoculturas têm gerado e agravado.

Se o plantio de pínus ou eucalipto transgênico for autorizado no Chile, essas monoculturas ocuparão mais áreas de floresta ou terras indígenas e camponesas. Por essa razão, organizações e movimentos sociais foram às ruas e se manifestaram em frente à sede da Conferência para exigir a revogação do Decreto-Lei 701 e denunciar os impactos das monoculturas de espécies exóticas, dos incêndios florestais recentes, e dizer: “Não queremos que as árvores transgênicas no Chile”. (5)

Já é hora de o Estado chileno parar para ouvir a voz dos afetados pelas monoculturas de árvores e deixar de beneficiar os grandes grupos econômicos em detrimento de territórios e comunidades camponesas e indígenas.

*Lizzie Días, lizzie [at] wrm.org.uy*

*Membro do secretariado internacional do WRM*

1. El “Terrorismo Mapuche”: La campaña de desinformación para desviar responsabilidades en mega incendios forestales – Alfredo Seguel <http://www.mapuexpress.org/?p=16499>
2. Revuelo caso incendios e “intencionalidad”: zonas devastadas estaban infestadas por plagas en plantaciones forestales – Red por la Defensa de los Territorios <http://www.mapuexpress.org/?p=15847>
3. A delegação foi composta pelas seguintes organizações: Biofuelwatch; Centro de Estudos e Pesquisas Desenvolvimento do Extremo Sul – Bahia (CEPEDES); Fórum Carajás – Maranhão; Campanha Internacional para Deter as Árvores Transgênicas; GE Free New Zealand; Global Justice Ecology Project; Movimento dos Trabalhadores



Rurais Sem Terra (MST); Rede Latino-Americana contra as Monoculturas de Árvores (RECOMA); Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM). Essa delegação também intercambiou conhecimentos e experiências sobre os impactos das árvores transgênicas. Veja vídeo em: *Investigadores y activistas nacionales e internacionales contra árboles transgénicos y modelo forestal chileno*, <http://olca.cl/articulo/nota.php?id=106830>

4. Veja reportagem fotográfica aqui <http://wrm.org.uy/es/files/2017/06/chile-territorio-post-incendios.pdf>

5. Declaração Pública contra o modelo florestal chileno <http://olca.cl/articulo/nota.php?id=106817>; Campanha Internacional para Deter as Árvores Transgênicas denuncia indústria florestal violência. <https://stopgetrees.org/iufro-campaign-denounces-violence-timber-industry-declaracion-de-la-campana-internacional-alto-los-arboles-transgenicos/>

---

## ARMADILHAS E ENGANOS QUE PROMOVEM A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS



### De projetos de REDD+ para “REDD+ jurisdicional”: mais notícias ruins para o clima e as comunidades

Para muitas pessoas, os projetos de REDD+ pretendem salvar florestas. Na realidade, no entanto, o REDD+ nunca teve a ver com a proteção de florestas. E também, o REDD+ não é mais exatamente sobre projetos, mas sim sobre programas que abrangem regiões ou províncias inteiras dentro de um país, embora muitos projetos específicos continuem



existindo e causando danos a povos indígenas e comunidades que dependem de florestas ao restringir suas práticas tradicionais de uso da floresta. (1)

A ideia do REDD+ tem suas raízes nas negociações climáticas da ONU. O mecanismo foi negociado como uma ferramenta que permitiria a empresas e países industrializados continuar queimando petróleo, carvão e gás natural enquanto afirmavam que as emissões causadas não prejudicam o clima. Segundo seus defensores, o REDD+ proporcionaria uma compensação barata pela liberação dessas emissões na atmosfera e geraria dinheiro para financiar a proteção das florestas. As empresas dos países industrializados poderiam queimar carbono fóssil em seus próprios países (ou seja, o carbono armazenado no subsolo por milhões de anos) e pagar alguém em um país de floresta tropical para, em troca, manter algumas árvores em pé como se fosse uma reserva de carbono (2)

A verdade é que o dinheiro, por si só, não detém o desmatamento, que o REDD+ não está servindo para enfrentar as causas reais do desmatamento em grande escala e que o dinheiro do setor privado não está vindo de forma alguma. Os defensores do REDD+, que o anunciaram como uma solução com três vantagens (compensação barata pela queima de combustível fóssil, mais dinheiro para conservar florestas e apoiar comunidades que vivem dentro e fora delas, e contribuição para a proteção climática que pode ser feita imediatamente, enquanto se desenvolve tecnologia para não mais usar combustíveis fósseis), também tiveram que reconhecer, contra a sua vontade, que conter o desmatamento não é rápido, fácil nem barato. Faltam provas convincentes de que o REDD+ tenha tido qualquer impacto sobre o desmatamento, apesar das afirmações em contrário.

Outra motivação por trás do REDD+ é a intenção dos países industrializados de evitar pagar a conta pela proteção das florestas tropicais, embora continue havendo uma chamada dívida de “desenvolvimento”. Esses países estão fazendo isso transformando cada vez mais os subsídios da “ajuda ao desenvolvimento” em empréstimos e parcerias público-privadas nos quais o papel principal do dinheiro público é amortecer o risco para os investimentos de capital privado nos chamados países em desenvolvimento. (3) Dois relatórios encomendados pelo governo do Reino Unido – o Stern, de 2006, e o Eliasch, de 2008 – ajudaram os governos a afirmar que “o capital privado é necessário para salvar florestas tropicais porque o dinheiro público não será suficiente” para cobrir o suposto custo de reduzir o desmatamento. Esses dois relatórios estabeleceram a alegação infundada de que reduzir as emissões do desmatamento é algo barato, rápido e fácil.

Para organizações internacionais de conservação das florestas e o Banco Mundial, o REDD+ também é uma ferramenta para expandir seu modelo de conservação florestal de “parques sem pessoas” e garante financiamento empresarial e público para os projetos de conservação e os orçamentos dessas organizações. ONGs e consultores de conservação com sede em países industrializados provavelmente receberam a maior parte do dinheiro público gasto no REDD+ nos últimos dez anos. Embora esses grupos reivindiquem que estão promovendo projetos de “REDD+ participativos” e “REDD+ comunitário”, a ideia do REDD+ não se originou das comunidades, nem é adequada para fazer frente às necessidades e ameaças enfrentadas pelas comunidades que dependem da floresta, como a experiência demonstrou claramente nos últimos dez anos.





(4) Os críticos do REDD+, incluindo o WRM, discutiram muitas vezes essas visões equivocadas e motivações ocultas por trás do mecanismo.

Ainda não se têm tantos estudos sobre a mudança no REDD+, que está deixando de ter a forma de projetos específicos porque está se transformando em programas que abrangem regiões ou províncias inteiras em um mesmo país. Espera-se que esses novos tipos de iniciativas de REDD+ abranjam países inteiros. Muitas vezes, elas são chamadas de “REDD+ jurisdicional” porque serão implementadas não apenas na terra atribuída a projetos específicos, mas em toda uma jurisdição, como um departamento, uma província, um estado ou um país. Este artigo analisa o que está motivando essa transformação dos projetos em “REDD+” jurisdicional.

### **O que é “REDD+ jurisdicional”?**

Como o REDD+ está vinculado às negociações climáticas da ONU, são elas também que determinam a forma que ele irá assumir. As iniciativas de REDD+ que querem vender seus créditos ao mercado de carbono da ONU precisarão cumprir as regras do acordo climático da organização. Na realidade, programas-piloto, como o Fundo de Parceria para o Carbono Florestal, do Banco Mundial, e projetos de REDD+ do setor privado que já vendem créditos a empresas no chamado mercado voluntário de carbono também têm uma grande influência sobre essas regras. Lobistas do Banco Mundial e ONGs de conservação participam das reuniões climáticas da ONU e se reúnem com membros de governos que decidem sobre as regras da ONU para o REDD+.

A partir de 2005, o Banco Mundial, grupos internacionais de conservação e empresas privadas começaram a implementar projetos de REDD+ que seriam compatíveis com um sistema semelhante ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto: projetos específicos ou grupos de projetos em países do Sul global que não têm metas obrigatórias para redução de emissões venderiam créditos de carbono a empresas e países industrializados que possuíssem limites obrigatórios. Mas o Acordo de Paris de 2015, da ONU, revelou-se muito diferente do Protocolo de Quioto (veja, também, o [Boletim 228](#) do WRM, de janeiro de 2017). Nos termos do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, todos os países têm metas de emissão voluntárias e apresentarão o seu balanço nacional de gases do efeito estufa na convenção climática da ONU. Esses balanços mostrarão até que ponto cada país avançou em atingir a meta que definiu para si. Nenhuma dessas metas do Acordo de Paris é obrigatória. (5)

Mas, para funcionar, os mercados de carbono precisam de metas obrigatórias ou algum tipo de pressão que limite as emissões. O pressuposto de que o REDD+ poderia atrair financiamento do setor privado se os projetos pudessem vender créditos em um mercado global de carbono não funcionará mais. Os limites criam a demanda e, portanto, sem limites obrigatórios, não haverá demanda por créditos de REDD+ de um mercado de carbono da ONU.

Além disso, a maioria dos países com florestas tropicais no Sul global incluiu reduções das emissões geradas pelo desmatamento em seus compromissos nacionais dentro do Acordo de Paris. Dessa forma, eles terão que calcular o número de emissões de gases de efeito estufa que estão ocorrendo em seu país e apresentar esses números em um balanço nacional. A maioria dos países tropicais decidiu incluir as emissões resultantes do desmatamento e da degradação florestal nessa contabilidade nacional. E eles terão



que apresentar suas “contas de carbono” nacionais à ONU para demonstrar seu avanço em direção ao objetivo de redução que estabeleceram (na linguagem climática da ONU, esses objetivos são chamados de contribuições determinadas em nível nacional – NDCs, na sigla em inglês).

A partir de 2020, quando o Acordo de Paris entrar em vigor, cada crédito de carbono vendido por um projeto de REDD localizado em um país que também inclua (carbono armazenado em) florestas em seu balanço nacional terá que ser deduzido do balanço nacional. Se o crédito vendido pelo projeto não for deduzido do balanço nacional, acontecerá o que, na linguagem climática da ONU, é chamado de “contabilização dupla”, porque o comprador do crédito de carbono também alegará uma redução em seu próprio balanço – afinal de contas, foi por essa razão que ele comprou o crédito de REDD+. Isso significa que as emissões ficarão mais baixas no papel do que na realidade, o que, por sua vez, aumentará o risco de mudanças climáticas perigosas.

A contabilização dupla terá muitas probabilidades de acontecer dentro do Acordo de Paris se os projetos privados de REDD+ continuarem a vender créditos de carbono. (6) Até um relatório da Gold Standard, uma empresa que certifica créditos de carbono, alertou recentemente sobre esse risco. (7) A confusão criada pela continuação da venda de créditos de carbono de REDD+ por projetos privados nessas circunstâncias já pode ser vista no estado brasileiro do Acre. Ali, o governo alemão está financiando um programa de “REDD+ jurisdicional” chamado “REDD Early Movers”. (8)

O programa do governo alemão pagou um total de 25 milhões de euros entre 2012 e 2016 para que o governo do Acre apresentasse documentos mostrando que as emissões geradas pelo desmatamento ficaram abaixo de um nível acordado no contrato de REDD entre os dois governos. Esse nível foi muito generoso, e não exigiu reduções de emissões além das já alcançadas em anos anteriores, porque o cálculo incluiu os anos de desmatamento elevado de 2003 a 2005. As medidas de aplicação da lei pelo Estado brasileiro já haviam levado a uma redução acentuada dos índices de desmatamento nos anos seguintes. Pode-se argumentar que o governo alemão estava pagando o Acre pelas reduções de emissões alcançadas no passado através de medidas diferentes do REDD+ ou que a Alemanha pagava o estado para manter o estoque de carbono florestal, um conceito que havia sido rejeitado como inaplicável durante os primeiros anos das negociações da ONU sobre REDD+.

O estado do Acre pode usar o dinheiro para qualquer atividade que considere necessária para reduzir o desmatamento. Um olhar mais atento sobre onde o governo estadual decidiu gastar o dinheiro revela, entre outras coisas, que muito foi gasto em relatórios e estudos de consultoria e muito pouco chegou às comunidades, o que é semelhante a muitos dos problemas ocorridos com o REDD+ amplamente documentados em outros lugares.

### **O que o REDD Early Movers no Acre nos diz sobre o “REDD jurisdicional”?**

Observando o programa “REDD Early Movers”, também se identificam as contradições que surgem quando os programas de “REDD jurisdicional” tentam integrar projetos de REDD+ do setor privado que já estão vendendo créditos no mercado voluntário de carbono. No Acre, existem pelo menos três desses projetos de REDD+: Purus, Valparaíso e Envira. O balanço de carbono elaborado pelo governo do estado para o



programa “REDD Early Movers”, conjunto com a Alemanha, deduz 10% das reduções de emissões do estado do balanço para responder pelos créditos de carbono vendidos por esses três projetos. O projeto Purus, por exemplo, vendeu créditos à FIFA para compensar parte das emissões da Copa do Mundo de Futebol de 2014. A soma dos números, no entanto, mostra que esses três projetos estão reivindicando muito mais do que os 10% deduzidos no balanço de carbono do estado. Isso significa que é possível, se não provável, que algumas reduções (se é que elas sequer aconteceram) estejam sendo contadas duas vezes: pelo projeto privado de REDD+ que está vendendo os créditos de carbono, como no caso da FIFA, e pelo estado do Acre em seu balanço de carbono. A partir de 2020, esse risco surgirá em muitos outros países. É particularmente provável que essas situações ocorram em países como Peru, Quênia ou República Democrática do Congo (RDC) (9), com vários ou grandes projetos privados de REDD+ já vendendo créditos de carbono e onde as empresas que executam esses projetos estão envolvidas na elaboração de programas de “REDD+ jurisdicional”.

Como mostra o exemplo do Acre, os impactos dos programas de “REDD jurisdicional” sobre as comunidades podem muito bem ser os mesmos causados por projetos individuais de REDD+: fazer com que elas sejam as primeiras a enfrentar restrições às práticas tradicionais de uso florestal e as últimas a receber as compensações ou os “benefícios” significativos que o REDD+ supostamente geraria para comunidades que dependem da floresta.

*Jutta Kill, jutta [at] wrm.org.uy*

*Membro do Secretariado Internacional do WRM*

(1) REDD significa **R**edução de **E**missões por **D**esmatamento e **D**egradação Florestal. Veja a publicação *Coleção de conflitos, contradições e mentiras do REDD+*, do WRM, para exemplos de várias maneiras pelas quais os projetos de REDD+ são prejudiciais às comunidades que dependem da floresta.

(2) Veja “*What do forests have to do with climate change, carbon markets and REDD?*”, <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/o-que-as-florestas-tem-a-ver-com-a-mudanca-climatica-os-mercados-de-carbono-e-o-redd/>

(3) Veja, também, o livro *Licensed Larceny*, de Nick Hildyard.  
<http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/licensed-larceny>

(4) *How REDD projects undermine peasant farming* Itura. Relatório de GRAIN e WRM. <https://www.grain.org/article/entries/5322-how-redd-projects-undermine-peasant-farming-and-real-solutions-to-climate-change>

(5) Também pode ser importante observar que o total dessas reduções com as quais os países se comprometeram é muito baixo para evitar aumentos de temperatura globais de menos de 2°C: Estados Unidos, União Europeia, China e Índia já ocupariam todo o chamado orçamento de carbono do carbono fóssil que ainda pode ser liberado até 2050 para garantir uma possibilidade de 50% de que as temperaturas aumentem não mais de 2 graus. Além disso, boa parte das emissões da China resulta da produção de mercadorias exportadas para os EUA e UE.  
[http://www.globalcarbonproject.org/carbonbudget/16/files/GCP\\_CarbonBudget\\_2016.pdf](http://www.globalcarbonproject.org/carbonbudget/16/files/GCP_CarbonBudget_2016.pdf)

(6) *Who takes the credit?* Relatório da FERN e Third World Network.  
<http://www.fern.org/whotakesthecredit>



(7) *A New Paradigm for Voluntary Climate Action: Reduce Within, Finance Beyond*.

Relatório da Gold Standard. <https://www.goldstandard.org/blog-item/new-paradigm-voluntary-climate-action-%E2%80%98reduce-within-finance-beyond%E2%80%99>

(8) *Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre*. Plataforma Dhesca Brasil. <http://www.plataformadh.org.br/2015/09/22/2015-economia-verde-povos-das-florestas-e-territorios-violacoes-de-direitos-no-estado-do-acre/>

(9) *Rainforest Foundation UK: Logging in Congo's rainforests: A 'carbon bomb' about to be primed by the Government of Norway?*

<http://www.rainforestfoundationuk.org/media.ashx/drc-carbon-bomb-briefing-2017.pdf>

## ALERTAS DE AÇÃO

### Mobilização para denunciar os abusos de Socfin, que tem o Grupo Bolloré como importante acionista



Centenas de pessoas que moram nos arredores das plantações da SOCAPALM e da SAFACAM foram à sede da primeira em Bonanjo, Douala, para solicitar a abertura de um diálogo sério. Os moradores locais denunciam que o diálogo é muito incerto e não tem um marco sólido que permita a solução efetiva de problemas, considerando-se os pouquíssimos avanços nos últimos anos. As comunidades locais, organizadas na SYNAPARCAM, pedem para se reunir com o Diretor Geral e estabelecer um marco sólido para o diálogo.

Leia, em francês, o comunicado da Sinergia Nacional de Camponeses e Ribeirinhos de Camarões (SYNAPARCAM, na sigla em francês).

Leia, em francês, a reivindicação da SYNAPARCAM, para uma solução dos conflitos.

### Em defesa dos povos indígenas isolados do Brasil e Peru contra a abertura da rodovia Puerto Esperanza



O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) do Brasil, em apoio a organizações indígenas do Peru, manifesta grande preocupação e posiciona-se em defesa da vida dos povos indígenas em isolamento voluntário que habitam a região transfronteiriça Brasil (Acre) - Peru (Madre de Dios), ameaçados com o projeto de construção de uma estrada peruana ligando Puerto Esperanza a Iñapari. Caso construída a estrada trará enormes impactos socioambientais, afetando os povos indígenas da região e seus territórios, as comunidades ribeirinhas e camponesas, os rios e florestas da região, assim como a fauna e flora. Leia a nota na íntegra em



português em este link: [http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=9298&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=9298&action=read)

## Índia: governo de Odisha não deve ignorar as reivindicações de direitos florestais na área do projeto POSCO



El gobierno de Odisha cedió más de 800 hectáreas de tierra a POSCO, la empresa gigante de Corea del Sur, para la construcción de una central energética que ponía en peligro a alrededor de 4.000 familias. Desde un principio el proyecto se enfrentó a la firme resistencia de las comunidades locales, así como a serios cuestionamientos por parte de grupos de derechos humanos y ambientales por sus impactos sociales y ambientales. Después de que POSCO se hubiera retirado del proyecto a principios de este año, el ministro de Industria de Odisha anunció que las tierras serían transferidas al organismo estatal IDCO, Empresa de Desarrollo de Infraestructural Industrial de Odisha. Las autoridades comenzaron a levantar un muro alrededor del sitio del proyecto para evitar “invasiones ilegales”. La falta de respeto del derecho de los pueblos indígenas al acceso y uso de su tierra constituye una violación no sólo del derecho internacional sino también de las leyes nacionales de la India sobre los derechos a la tierra y los bosques. Por mayor información en inglés ver este enlace: <https://www.amnesty.org.in/show/news/odisha-government-must-not-ignore-forest-rights-claims-on-posco-project-sit>

## Agua Zarca em Honduras: a armadilha de Bancos



Desde 2013, o Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) exigiu que os bancos FMO (Holanda), Finn Fund (Finlândia) e Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) se retirassem do projeto “Agua Zarca”, no sagrado rio Gualcarque, por sua vinculação com a desapropriação e a morte na comunidade de Río Blanco. Até o momento, nenhum dos três bancos concretizou sua saída do projeto, mesmo que o FMO e o Finn Fund a tenham anunciado desde maio de 2016. O COPINH denuncia que a permanência dos bancos significa ampliar os ataques e a intimidação contra a comunidade. Os bancos FMO e Finn Fund têm se esforçado para evitar assumir a responsabilidade pelos assassinatos e as violações dos direitos humanos gerados pelo projeto; eles têm promovido uma falsa narrativa que ignora o papel da empresa DESA na violência e na repressão, buscando culpar as comunidades como forma de limpar sua imagem em nível internacional. Leia a nota do COPINH à imprensa, em espanhol, em <https://www.copinhh.org/article/copinhh-la-trampa-de-los-bancos/>





## Chamado para a ação: ajude os ativistas a deter o corte em grande escala da última floresta de baixada da Europa



Depois de anos de esforços para limitar a exploração de madeira e aumentar a quantidade de áreas protegidas na Floresta de Białowieża, na Polônia, o governo do país iniciou a exploração intensiva usando o surto do besouro da casca do abeto como desculpa. Nos primeiros quatro meses de 2017, foram cortadas mais de 10 mil árvores em partes da floresta onde estão as árvores mais antigas, com mais de 100 anos de idade. A recente proibição da entrada nas principais partes desse Patrimônio Mundial da UNESCO serve para impedir que os cidadãos controlem esse aumento da exploração de madeira. Um grupo de ativistas criou um acampamento para deter a devastação da floresta e defender sua transformação em parque nacional, conseguindo interromper o corte em várias ocasiões. O grupo chama as pessoas a participar do acampamento, divulgar o assunto e fazer doações para apoiar suas ações. Leia a declaração completa, em inglês:

<http://skyddaskogen.se/en/news/2666-action-alert-save-bialowieza-forest-europes-last-primeval-temperate-forest>

## Filipinas: Mulheres pedem o fim dos bombardeios em Marawi e a revogação da Lei Marcial em Mindanao



Mulheres que são líderes de várias organizações nacionais, regionais e internacionais pediram que se divulgue a verdade sobre o que está acontecendo em Marawi e Mindanao, nas Filipinas, para que os responsáveis pela violência sejam processados. Cerca de 130 pessoas foram mortas, milhares foram presas e outras dezenas de milhares, deslocadas, depois de uma fracassada operação militar para capturar o líder do Abu Sayyaf, Isnilon Hapilon. Foi declarada a Lei Marcial em toda a ilha de Mindanao. O grupo lembrou ao público como as guerras e o militarismo sempre visaram os corpos das pessoas sexualmente objetificadas e consideradas mais vulneráveis: as mulheres. Assim, prostituição, estupro, migração forçada e todas as formas de violência contra as mulheres são multiplicados exponencialmente, pois os corpos delas são considerados armas de guerra contra quem é visto como inimigo. Leia a declaração, em inglês, em <https://hronlineph.com/2017/06/03/statement-women-call-to-stop-the-bombings-in-marawi-revoke-martial-law-in-mindanao-as-both-aggravate-violence-against-women/>



## RECOMENDADOS

### 50 anos depois: uma análise dos impactos do Banco Asiático de Desenvolvimento na região



O Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) faz 50 anos como a segunda maior fonte de financiamento ao desenvolvimento na região da Ásia-Pacífico, depois do Grupo do Banco Mundial. A organização Focus on the Global South lançou um boletim especial destacando a resistência dos asiáticos contra o Banco. O material mostra como a instituição vem promovendo desigualdade e má governança enquanto desfruta do mais alto grau de imunidade à responsabilização legal e à prestação de contas com relação a leis nacionais, por investimentos problemáticos, mau assessoramento em políticas, violação dos direitos e meios de subsistência das pessoas, e destruição do meio ambiente. A documentação tem como objetivo unir os movimentos populares e a sociedade civil na construção de um questionamento à imunidade do BAD. O boletim, juntamente com escritos e materiais anteriores sobre o Banco produzidos por essa organização, pode ser encontrado, em inglês, em <https://focusweb.org/page/adb50/>

### Relatório sobre a transparência ligada ao mercado de carbono no Pará, Brasil



A ARTIGO 19 lança o relatório “Vim Aqui Para Saber: O Que é o Carbono?” - acesso à informação e economia verde no Pará”. A publicação traz uma análise e crítica sobre a ausência de processos que permitam o acesso à informação e à participação social nos projetos existentes no Pará relativos ao mercado de carbono e ao mecanismo intitulado Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+).

Você pode ler a publicação em Português neste link:

<http://artigo19.org/blog/2017/03/24/11201/>





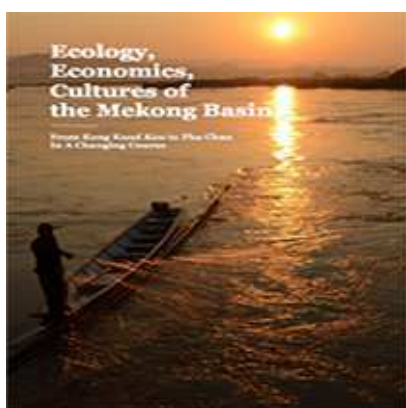
## Oilwatch: Novas fronteiras do extrativismo energético na América Latina



Focado nas chamadas “energias extremas”, um relatório da Oilwatch reúne dez artigos que trazem um diálogo e um debate sobre as iniciativas de governos e empresas para sustentar a matriz fóssil. Da extração em águas cada vez mais profundas de óleos brutos pesados e extrapesados, areias betuminosas e jazidas no mar, ao fraturamento hidráulico, as energias extremas precisam de uma infraestrutura e de uma frota de transporte global. Além da grave destruição ambiental, isso causa um aprofundamento da violência sobre as populações tradicionais e seus meios de subsistência. Acesse o relatório, em espanhol, em

<http://www.oilwatchesudamerica.org/ultimas-noticias/213-region-latinoamericana/5100-2017-05-15-22-57-27.html>

## Ecologia, economia, culturas da bacia do Mekong: de Keng Kood Koo a Pha Chan, no rumo da mudança



Lançado pela organização tailandesa TERRA, a publicação registra a história das comunidades ribeirinhas do Mekong, em 25 subdistritos de sete províncias do nordeste da Tailândia (Isaan). O objetivo é divulgar o conhecimento singular gerado pelo mais longo rio internacional do Sudeste da Ásia, o Mekong. Ilustra-se a delicada complexidade da hidrologia dos subecossistemas do Mekong e como eles são a base da vida e dos meios de subsistência das pessoas que vivem ao longo do rio. Também explora as culturas locais e os valores socioeconômicos que lhe são

associados, com um toque de história e modos de vida. A publicação pode ser encontrada, em inglês e tailandês, em <http://terraper.org/web/en/node/1824>



## Site de “biotecnologia para biocombustíveis”



A organização Biofuelwatch está lançando um novo site que compila suas análises sobre aspectos do impulso biotecnológico rumo a cultivos, árvores e micróbios transgênicos para biocombustíveis e a “bioeconomia”. O site inclui investigações aprofundadas sobre três empresas de biocombustíveis – Algenol, Mascoma e Solazyme/TerraVia – e será atualizado com os próximos relatórios sobre algas e biocombustíveis celulósicos, seguidos por outros materiais.

Veja o site, em inglês, em <http://www.biofuelwatch.org.uk/2017/biotechnology-for-biofuels/>

---

**O boletim do WRM busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.**

### **Assine o Boletim do WRM**

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57de11d&id=a6356dc0e0>

### **Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

### **Secretaria Internacional do WRM**

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy) - <http://www.wrm.org.uy>